



Jornal do

SINTUR-RJ

Filiado a



UFRRJ (Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios e Campos). Ano I - Número 1 - out./nov. 2014

LUTA PELA REDUÇÃO DA JORNADA AVANÇA NAS UNIVERSIDADES

Que Rural é esta?

Ilustração: Fasubra



Flávia Adriana (Sintur-RJ)



Na UFRRJ, convivemos com prédios precisando de reformas e obras inacabadas, como a destinada a abrigar um museu do Instituto de Biologia (foto). Retrato da precarização das condições de trabalho e estudo, e fruto da lógica do Reuni: um projeto de expansão que pensou mais em quantidade do que na qualidade.

Página 3

'Mulher bonita é a que luta!'

Comitê de Autodefesa e GT de Mulheres denunciam os recentes atos de violência na UFRRJ.

Página 5

Servidores técnicos defendem 30 horas semanais de trabalho, em turnos contínuos, com mais tempo de atendimento ao público

Mais tempo para se qualificar, para o convívio familiar, cultura e lazer. Mais qualidade de vida e aumento dos postos de trabalho. Além disso, a possibilidade de construir uma universidade aberta ao público por mais horas, em turnos contínuos. Estes são alguns dos argumentos favoráveis à redução da jornada semanal de trabalho dos servidores técnico-administrativos das universidades federais.

Para discutir esses temas, o Sintur-RJ aprovou, em assembleia, a criação de um Grupo de Trabalho (GT) sobre a questão das 30 horas – pauta nacional dos trabalhadores e trabalhadoras da Educação. Na Universidade Federal do Sergipe (UFS), a pressão dos técnicos durante a última greve resultou na aprovação das 30 horas pelo Conselho Universitário.

Página 4

Memórias da greve



Fotografias registram os atos do Sintur-RJ e os momentos marcantes da greve deste ano na Rural.

Página 8

EDITORIAL

Fim de greve, continuidade nas mobilizações

Depois de várias atividades na busca de negociação efetiva com o governo, sem resultado, deflagramos a greve no dia 17 de março. Durante três meses, fizemos uma greve com mobilizações dentro e fora da universidade.

Conquistamos, com muita luta, espaço na grande mídia, que mostrou algumas de nossas ações. Denunciamos o sucateamento das universidades, a privatização dos hospitais universitários com a chamada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), a perda de direitos e o não cumprimento do acordo da greve de 2012.

Em maio, a caravana da categoria a Brasília – com os caravaneiros, no frio da madrugada, caminhando até o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) – garantiu a primeira reunião do governo com a Fasubra (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras). O “não” taxativo do governo às nossas reivindicações indignou a todos e todas. A resposta foi dada através dos atos de mobilização em todo país.

Apesar da entrada do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica) no movimento, não tivemos uma greve da Educação, pois o Andes (Sindicato Nacional dos Docentes de En-

sino Superior) não a aprovou em sua plenária. Dessa forma, a greve unificada dos servidores não aconteceu. Tivemos, portanto, dificuldades para encaminhar atividades conjuntas – o que também foi resultado de uma política de desmobilização dos dirigentes que defendem o governo.

É preciso entender que a disputa na greve ocorre também com coletivos políticos que compõem a direção da Fasubra (Tribo, CTB e Resignificar) que não queriam a greve. Tais grupos, mesmo após a aprovação do movimento pela categoria, não mediram esforços para que as atividades não fossem realizadas.

Mas os trabalhadores mostraram sua força. Barraram por duas vezes a votação da Ebserh no Paraná. E garantiram o estabelecimento da jornada de 30 horas (ou iniciaram a discussão) em várias universidades do país. Além disso, os protestos em relação aos bilhões de recursos públicos despejados nos bolsos dos empreiteiros e da Fifa fizeram parte das nossas atividades durante estes três meses.

O governo Dilma e os governantes estaduais seguiram ignorando (além de reprimir violentamente) as fortes greves de rodoviários, professores, metroviários, servidores da Cultura, entre outros. Sem negociação e diante da total intransigência do Estado, avaliamos que era o

momento de recuar. No mesmo instante que apontávamos o recuo, tivemos conhecimento da judicialização da greve – que já havíamos enfrentado no início, com ameaça de corte de ponto. Assim, o governo, através do Superior Tribunal de Justiça (STF), ameaçava as entidades que mantivessem a greve com uma multa de R\$ 200 mil por dia. Em contrapartida, a mesma liminar foi usada pelos assessores jurídicos dos representantes sindicais para que o governo reabrisse as negociações com a Fasubra e o Sinasefe. Como resultado, foi estabelecido um calendário de negociação.

É importante entender que esse recuo nacional não significou a saída da luta. Ao contrário, na nossa assembleia de fim de greve aprovamos a criação do Grupo de Trabalho (GT) pelas 30 horas e já iniciamos a discussão com a Administração. Nesse sentido, precisamos intensificar a luta por melhores condições de trabalho, por creche, contra o assédio moral... Enfim, seguir organizando atividades em defesa da pauta interna.

Participe dos GTs do Sintur-RJ, do Comitê de Mobilização, das atividades propostas pelo sindicato, pois precisamos seguir defendendo nossos direitos. A luta continua!

OPINIÃO

Ana Lucia Vaz

Professora de Jornalismo da UFRRJ

Escutatória

Roubei o título do Rubem Alves, um pensador brasileiro, com muitas titulações, que morreu este ano. Uma pessoa atenta e sensível como andamos carecendo ser nesses tempos de gás lacrimogêneo, spray de pimenta, coquetéis molotov e prisões arbitrárias. Principalmente, nesses tempos de muitas vozes e poucos ouvidos.

Cada dia mais cidadãos conquistam o poder de expressão pública através de mídias. No ano passado, tivemos grandes manifestações convocadas por pequenos grupos descentralizados. Cada uma, com dezenas de coberturas e versões. Grandes empresas de jornalismo chegaram a reformular suas coberturas sob a pressão alternativa. O Globo chegou a colocar jovens repórteres munidos de pequenos equipamentos nas manifestações.

Poderia significar a democratização radical da comunicação. Mas o caminho das transformações não costuma ser tão linear. Há muitas pedras no caminho. Algumas óbvias, como os ataques que o Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro vem sofrendo, por defender o direito de manifestação e, principalmente, a democratização da comunicação.

Mas há duas pedras menos evidentes que merecem nossa atenção. Primeira: poder falar não quer dizer ter autonomia. Estamos todos, mais ou menos, arrastados pela correnteza do senso comum. Se não temos nosso grupo para compartilhar outras verdades, falamos como papagaios, repetindo e reforçando a correnteza dominante. É o que mais se vê em redes sociais.

Então, os sindicatos e organizações populares constroem seus veículos de comunicação para compartilhar com mais gente outras verdades, as que não aparecem nas mídias dominantes. Maravilha! Mas é aqui que tem a segunda pedra: no nosso sapato!

A ampliação da possibilidade de expressão pública do cidadão o torna um receptor mais exigente. Que quer ser informado, não doutrinado. Que só vai escutar o jornalismo, ou qualquer comunicador, se também for escutado.

Este é o grande desafio da comunicação popular, neste início de século. Ser espaço de diálogo, não de monólogo, como o jornalismo se viciou em ser, ao longo do século 20. Precisamos de cursos de escutatória, como defendia Rubem Alves.

PRECARIZAÇÃO

RURAL DO ABANDONO

Flávia Adriana (Sintur-RJ)



DESPERDÍCIO. No Instituto de Tecnologia, aparelhos de ar-condicionado estão há mais de dois anos dentro das caixas porque não há capacidade elétrica.

Flávia Adriana

A revista da empresa aérea TAM elegeu, recentemente, a UFRRJ como oitava universidade mais bonita do mundo. Mas a beleza que aparece nas fotos não revela sua verdadeira face. Passeando pelo campus de Seropédica, e conversando com servidores e alunos, nos deparamos com uma realidade que vai muito além do cenário maravilhoso visto por quem passa pela rodovia BR-465.

Carência, abandono, perigo. Estes são os adjetivos que melhor descrevem o panorama da Universidade Rural na atualidade. Uma instituição centenária, com edificações datadas do final dos anos 40 (algumas concluídas nos anos 50). Nas décadas de 60 e 70, novas obras foram surgindo, muitas das quais formadas por pavilhões adaptados e transformados em salas de aula e laboratórios. Mas o espaço construído não acompanhou a evolução dos anos seguintes, pois os projetos originais não previam grandes crescimentos.

A Rural de hoje é fruto de responsabilidades assumidas pelo Conselho Universitário, juntamente com os institutos e seus departamentos, no contexto da política federal do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 2007, o Reuni proporcionou o surgimento de novos cursos e vagas discentes, assim como a reformulação dos já oferecidos para atender a demanda. Privilegiando a lógica quantitativa, o governo federal investiu na expansão de vagas, mas não dotou as instituições de uma infraestrutura adequada. Na UFRRJ, podemos sentir isso na pele: problemas de manutenção e falta de água; pouca iluminação, rachaduras estruturais nos prédios antigos e abandono das construções novas; equipamentos ociosos.

O Instituto de Tecnologia (IT), por exemplo, dispõe de sete novos laboratórios, dos quais apenas dois funcionam. Segundo o diretor

Hélio Fernandes Machado Junior, o MEC não pode credenciar cursos que ali funcionam, pois os laboratórios não estão sendo utilizados adequadamente. Um deles é usado como almoxarifado, armazenando 16 aparelhos de ar-condicionado, todos novos, que estão há mais de dois anos dentro das caixas. Eles não foram instalados por falta de capacidade elétrica no instituto. Na tentativa de sanar este problema, um acordo foi realizado com a Divisão de Obras da Prefeitura Universitária (DO/PU) em abril. Ficou definido que a DO/PU, em conjunto com a Comissão de Planejamento Energético, iria elaborar projeto básico para a contratação de empresa especializada para permitir a instalação dos equipamentos. Por enquanto, os aparelhos esperam nas caixas.

O abandono de obras é outra característica da Rural de hoje. Quem anda pelos lados da Piscicultura, do Instituto de Biologia (IB), certamente já se deparou com uma construção abandonada.

Ela teria sido projetada para abrigar um museu para o herbário do Departamento de Botânica e para a Coleção Costa Lima, do Departamento de Entomologia. Com início em 2011, a obra está parada há mais de dois anos. Abandonado no meio do mato, o projeto de museu acabou se tornando um problema de segurança, já que pode servir de esconderijo para pessoas mal intencionadas.

E segurança – ou melhor, a falta dela – é um problema que tem colocado a UFRRJ em evidência na mídia. Tentativas de estupro, iluminação insuficiente e falta de transporte regular são alguns dos aspectos que motivaram as manifestações da comunidade acadêmica, com o apoio do Sintur-RJ, Adur, DCE e Comitê de Autodefesa das Mulheres.

Nossa equipe cobrou um posicionamento da Reitoria a respeito de todas as problemas apontados nesta reportagem. Entretanto, até o fechamento da edição não obtivemos nenhuma resposta.

30 HORAS

LUTA HISTÓRICA

Pauta nacional dos técnico-administrativos, mobilização pela redução da jornada semanal avança nas universidades federais. Sintur-RJ cria GT para discutir o tema

Da Redação

A questão das 30 horas entrou definitivamente em pauta na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Criado e aprovado em assembleia, o Grupo de Trabalho (GT) do Sintur-RJ se reuniu em 15 de setembro, na sede do no Sindicato, para avançar na discussão sobre este tema. O encontro teve presença do pró-reitor de Assuntos Administrativos da Rural, professor Pedro Paulo de Oliveira, que disse ser "totalmente favorável" à aplicação da jornada reduzida em alguns casos. "Setores que atendam à noite, por exemplo, poderiam adotar", afirmou o pró-reitor, que constatou, a partir dos documentos apresentados pelo GT, que há legislação para embasar a mudança.

Como resultado da reunião, foi aprovado o estabelecimento de uma comissão para mapear os setores e produzir relatórios indicando a viabilidade da adoção da jornada de 30 horas. Composto pelo pró-reitor de Assuntos Administrativos e por sete técnicos, o grupo foi criado a partir da Portaria nº 872, emitida pelo Gabinete da Reitoria em 17 de setembro de 2014.

Fasubra apoia

A luta pela redução da jornada semanal na UFRRJ começou logo após o término da greve da categoria, em junho deste ano. Na ocasião, o Sindicato encaminhou pauta interna para a reitora Ana Dantas, com a proposta de começar a discussão.

No dia 3 de julho, o GT 30 Horas realizou encontro com as assistentes sociais da Universidade, representantes do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (Cress-RJ), a reitora e o pró-reitor Pedro Paulo. Na Rural, as assistentes já cumpriam 30 horas semanais, com base na Lei 12.317 (26/8/10). No entanto, esse direito foi retirado a partir de uma Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – avaliada pela Procuradoria da UFRRJ. Na reunião de julho, foi definido que as assistentes sociais fariam um recurso para encaminhar à Reitoria da Rural

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra) produziu uma cartilha em quadros para ser usada no trabalho de base. Com o título "Turnos contínuos e redução da jornada de trabalho", a publicação está disponível no site www.fasubra.org.br.



GT EM REUNIÃO. Pró-reitor administrativo (quarto a partir da esq.) disse ser favorável à jornada de 30h.

Trabalhadores conquistam redução da jornada na UFS

Durante a última greve, os companheiros da Universidade Federal do Sergipe conseguiram uma importante vitória. A partir da pressão desses trabalhadores, o Conselho Universitário da instituição aprovou, em maio, uma resolução que flexibiliza a jornada de trabalho dos servidores. Segundo o documento, a flexibilização da jornada visa "atender o princípio constitucional da eficiência", sendo da "competência das chefias imediatas o estabelecimento dos horários". Agora, cada setor na universidade sergipana vai organizar a jornada, de acordo com a necessidade de atividades em turnos contínuos. Unidades poderão funcionar de manhã, tarde e noite, com os técnicos trabalhando seis horas por dia.

Com atendimento em turnos contínuos, há possibilidade de construir uma universidade aberta por mais tempo. No caso do trabalhador, haverá mais tempo para se qualificar, para o convívio familiar, cultura e lazer. O artigo 3º do Decreto 1.590 (9/9/2003) – sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal

– já estabelece que "é facultado ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias", desde que os serviços exijam "atividades contínuas de turnos ou escalas".

A luta pela redução da jornada é histórica. Com o avanço do capitalismo, a partir do século 18, o controle do tempo de trabalho passou a ser cada vez mais rígido, resultando em jornadas de semanas de até 16 horas diárias. A classe trabalhadora reagiu e, por intermédio de suas organizações, conquistou a jornada de 8 horas diárias.

A Fasubra e suas bases também realizaram manifestações e greves relacionadas à questão. Tal pressão resultou no estabelecimento da jornada máxima de 40 horas no PUCRCE (plano de carreira anterior ao PPCTAE) e no Regime Jurídico dos servidores. Agora, a luta é pelo estabelecimento de jornada de 30 horas semanais. Algumas vitórias foram conquistadas e, durante a última greve, a negociação avançou em muitas universidades.

Sintur-RJ

MULHERES

'MEXEU COM UMA, MEXEU COM TODAS'

Na UFRRJ, o sangue das mulheres está nos caminhos, no alojamento, na ciclovía, no trajeto entre a aula e o jantar, nas mãos dos omissos

Comitê de Autodefesa das Mulheres da UFRRJ e GT de Mulheres Sintur-RJ/Adur

Mais duas mulheres sofreram agressões dentro da Rural, apenas quatro dias depois das vozes femininas ecoarem fortemente na universidade (abalando a sua estrutura patriarcal, machista, misógina, homofóbica e racista), no dia 9 de outubro, no Ato Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres na UFRRJ e Seropédica.

No alojamento que foi construído para abrigar estudantes homens, e que até hoje possui número minoritário de vagas para as mulheres, duas estudantes foram violentamente "lembradas" do "lugar que devem ocupar" na UFRRJ. No Bandeirão, nos alojamentos, na ciclovía, nas salas de aula, nos caminhos mal iluminados, obrigadas a enfrentar deslocamentos por trechos longos, inclusive à noite, as mulheres da Rural aprendem, através da violência física e/ou simbólica, o espaço reservado a elas nesta universidade.

Um lugar desigual, com oportunidades e tratamentos desiguais. Infelizmente, esta

não é uma realidade específica da UFRRJ. Sabemos o que as nossas companheiras enfrentam em outras universidades do país. Mas aqui ainda temos outras variáveis. O legado patriarcal dessa instituição que surge para educar homens e que se nega, sistematicamente, a abrir o espaço necessário para as mulheres, pesa sobre nossos ombros e nossos corpos.

Após o ingresso na UFRRJ, a permanência depende da força e determinação das próprias mulheres. Apesar de o trote ser proibido na Rural, ele acontece livre e publicamente, inclusive em torno do prédio da Reitoria. Nesse momento, @s ingressantes são recebidas com trotes de teor machista, homofóbico, e carregados de todos os demais preconceitos que vigoram por aqui. Simbólica e fisicamente, as mulheres têm seus corpos violados através de "brincadeiras" no mínimo "singulares".

Superado o trote, vem a etapa de seleção para as vagas no alojamento. Ser mu-

lher, na Rural, significa ter menos possibilidades de uma vaga no alojamento, já que nesta universidade, repleta de permanências oligárquicas, as vagas no alojamento têm sexo. E a proporção não é paritária, ou seja, há menos vagas no alojamento para as mulheres. As estudantes mães, que corajosamente tentam conciliar as tarefas acadêmicas e os cuidados com os filhos, não têm nenhum apoio. Pelo contrário: sofrem pressão para deixarem os alojamentos. Na Rural, ser mulher é, em si, um problema.

Apesar disso, muitas lutadoras enfrentam essa estrutura machista e conquistam na luta um lugar que é seu por direito. É o caso das vítimas mais recentes de violência contra a mulher na UFRRJ: mulheres, negras e pobres ousaram ocupar um espaço que não estava reservado a elas.

No ambiente altamente machista e hierarquizado dos alojamentos, uma estudante sofreu assédio sistemático de um suposto estudante, tam-

bém morador do alojamento. Na medida em que o assédio se intensificou, na noite do dia 13 de outubro a vítima reagiu, pela primeira vez e apenas verbalmente. Frente à afirmação de uma mulher que se nega a silenciar o sofrimento da violência, a reação foi imediata: ele lhe deu uma bofetada no rosto, seguida de outras agressões físicas e verbais. A irmã da vítima, ao tentar protegê-la, foi agredida da mesma forma: recebeu um soco no rosto e outras agressões. Ambas tiveram marcas visíveis, fizeram exame de corpo de delito e seguiram para a Delegacia da Mulher (que, aliás, não existe em Seropédica).

Machistas, homofóbicos, racistas: não passarão!

Mexeu com uma, mexeu com todas!

Reunião todas as quartas-feiras, no Quiosque da Adur.



NA FAIXA. Comitê de Autodefesa de Mulheres da UFRRJ dá o recado logo na entrada do Pavilhão Central. Grupo contesta legado patriarcal e machista da universidade.

ASSÉDIO MORAL

Não se cale

Frequente no serviço público, assédio moral é crime e não pode ser tolerado

GT-Saúde/Sintur-RJ

O assédio moral consiste na exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, geralmente repetitivas e prolongadas, durante o horário de trabalho e no exercício de suas funções. São situações que ofendem sua dignidade ou integridade física.

Pode-se dizer que o assédio moral é toda e qualquer conduta – através de palavras, gestos ou atitudes – que traz dano a personalidade, dignidade ou integridade física e/ou psíquica do trabalhador. Além disso, põe em risco seu emprego e degrada o ambiente de trabalho.

Geralmente, o objetivo do assediador é forçar o trabalhador a pedir demissão ou remoção para outro local de trabalho. Mas o assédio pode se configurar também com o intuito de mudar a forma de proceder do funcionário em relação a algum assunto (por exemplo, para que deixe de apoiar o sindicato ou determinado movimento reivindicatório em curso). Além disso, o motivo pode ser o de simplesmente humilhar o empregado perante a chefia e demais colegas, como numa espécie de punição pelas opiniões ou atitudes manifestadas. Para a configuração do assédio moral é preciso atentar para condutas que visem humilhar, ridicularizar, menosprezar, inferiorizar e ofender o trabalhador, causando-lhe dano físico ou emocional.

Por que é frequente no serviço público?

Muitas repartições públicas são ambientes carregados de situações perversas, com pessoas e grupos que fazem verdadeiros "plantões" de assédio moral. Isso ocorre,

muitas vezes, por falta de preparo de alguns chefes imediatos; mas, com frequência, por pura perseguição a um determinado indivíduo.

Nesse ambiente, o assédio tende a ser mais frequente em razão de uma peculiaridade: o chefe não dispõe sobre o vínculo funcional do servidor. Não podendo demiti-lo, passa a humilhá-lo e sobrecarregá-lo de tarefas inócuas.

Outro aspecto de grande influência é o fato de que, no setor público, muitas vezes os chefes são indicados em decorrência de seus laços de amizade ou de suas relações políticas, e não por sua qualificação técnica e preparo para o desempenho da função. Despreparado para o exercício da chefia – e sem conhecimento mínimo necessário, mas escorado nas relações que garantiram sua indicação – o chefe pode se tornar extremamente arbitrário. Assim, busca compensar suas evidentes limitações, considerando-se intocável.

Com a grande precarização do ambiente de trabalho e número reduzido de servidores, os chefes assediavam para garantir o resultado desejado.

Reaja! Denuncie!

Se você é vítima de assédio moral, não se cale. Procure o Comitê de Saúde do Trabalhador da UFRRJ – formado pelo GT-Saúde/Sintur-RJ, pela Associação dos Docentes da Rural (Adur-RJ) e membros da Equipe de Saúde do Trabalhador.

O Comitê está organizando um seminário para debater o tema com toda a comunidade universitária. O evento ainda não tem data



REAJA! Quando se sentir assediado moralmente, denuncie ao Comitê de Saúde do Trabalhador da UFRRJ.

prevista. Qualquer novidade a respeito, noticiaremos por aqui.

Direito ao trabalho decente

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o assédio moral já atinge 42% dos trabalhadores brasileiros. Em 1981, a entidade elaborou a Convenção 155, que trata de segurança, saúde dos trabalhadores e meio ambiente. O documento, ratificado pelo Congresso Nacional em 1992 e promulgado pelo Decreto Federal 1.254/94, estabelece em seu artigo 3º que o termo "saúde", no contexto do trabalho, não é só ausência de doenças. Ele também se refere a "elementos físicos e mentais que afetam a saúde e estão diretamente relacionados com a segurança e a

higiene no trabalho."

A OIT também fala de "trabalho decente" como um direito do trabalhador. O conceito diz respeito a "um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho".

Além disso, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o crescimento das doenças psicológicas no ambiente de trabalho será uma das principais características deste século. Milhares de trabalhadores serão afastados de seus postos de trabalho em virtude do impacto do estresse.

(Com informações do site Consultor Jurídico - www.conjur.com.br).

FIQUE POR DENTRO

Ato no P1 reivindica creche na UFRRJ



Flavia Adriana (Sintur-RJ)

"Queremos nossos filhos conosco, em uma creche universitária". Esta foi a reivindicação das/os manifestantes que se reuniram no jardim do P1, em 9 de outubro, no Dia de Luta pela Creche na UFRRJ. Mães partici-

param de atividades com seus filhos, conscientizando a comunidade sobre a necessidade de ter um espaço para as crianças. O ato contou com apoio do Sintur-RJ, da Adur e do Comitê de Autodefesa das Mulheres.

COLABORE. ESTE É UM JORNAL COLETIVO.

O Jornal do Sintur-RJ pretende ser um espaço aberto e democrático, onde os/as leitores/as possam expressar suas opiniões. Seja técnico-administrativo (sindicalizado ou não), professor, estudante ou morador das comunidades próximas, gostaríamos de contar com sua colaboração. Críticas, sugestões, cartas, artigos, temas para reportagens: se tiver alguma ideia, compartilhe com a gente. Nosso e-mail é comunicacao.sinturrj@gmail.com. Se preferir, venha nos visitar na sede do sindicato ou participe de nossas reuniões de pauta. Aqui, nosso jornal é feito coletivamente.

Informes

Formação política – "Como funciona a sociedade". Este foi o título do curso de formação política oferecido pelo Sintur-RJ. Nos dias 9 e 10 de julho, dois monitores do Núcleo de Educação Popular (NEP) 13 de Maio discutiram temas importantes para a compreensão de nossa sociedade.

Por que se produz tanta riqueza, mas a desigualdade ainda atinge milhões? Como são determinados os salários? Qual o grau de exploração dos trabalhadores? Estas e outras questões foram debatidas de forma interativa com o público, formado não só por técnico-administrativos, mas também por estudantes. Devido ao sucesso do evento, o sindicato planeja outras atividades do gênero para os próximos meses.

Outubro Rosa – O Sintur-RJ aderiu à campanha Outubro Rosa. O nome remete à cor do laço que simboliza a luta contra o câncer de mama e estimula a partici-

pação da população, empresas e entidades. A doença é mais incidente na população feminina. O Instituto Nacional do Câncer (Inca) estima que há 57 mil novos casos da doença só em 2014. Porém, se detectada precocemente, tem quase 100% de chances de cura. Trata-se de um tumor maligno que se desenvolve na mama como consequência de alterações genéticas em algum conjunto de células, que passam a se dividir descontroladamente. É o tipo de câncer que mais atinge as mulheres em todo o mundo, sendo 1,38 milhões de novos casos e 458 mil mortes pela doença por ano, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). Para prevenir, é recomendado que se evite a obesidade, através de dieta e prática de exercícios físicos, pois o peso elevado aumenta o risco. O tratamento é individualizado, sendo necessário estudar cada caso para determinar qual será utilizado.

MEMÓRIA SINDICAL

Por João Henrique Oliveira
jhenrioliveira@hotmail.com

A própria voz

Numa edição de novembro de 1918, o Jornal do Brasil emitia a seguinte opinião sobre trabalhadores organizados que lutavam por seus direitos: "A ação da polícia vai agora se fazer sentir enérgica e inflexível contra esses elementos, perseguindo-os e castigando-os de forma a impedir sua maléfica intromissão no seio da família operária". Hoje, passados quase cem anos, meios de comunicação que representam os interesses das elites ainda pedem mais "energia" das autoridades contra os que chamam de "vândalos", "terroristas" e "baderneiros". No passado e no presente, continuam a transformar em "criminosos" aqueles que ousam lutar por um mundo diferente, por um modelo alternativo de organização da sociedade.

No início do século passado, os sindicatos mais combativos no Brasil organizaram greves, exigiram redução na jornada de trabalho, denunciaram a exploração de mulheres e crianças nas fábricas. Queriam um mundo melhor. Por isso, enfrentaram, além da repressão direta das forças policiais, uma chuva de críticas e mentiras, publicadas como "verdades" pelos grandes jornais da época.

Assim, não lhes restava alternativa a não ser contra-atacar. Era preciso ter os próprios meios de comunicação, fazer

ouvir sua própria voz. E ela foi relativamente poderosa. Pesquisadores da imprensa operária contam que, do final do século 19 às duas primeiras décadas do século 20, foram publicados mais de 300 jornais feitos pelos trabalhadores em diversos estados do país. Nesse sentido, o jornal era um instrumento vital de informação, conscientização e mobilização da classe – ao lado do sindicato, do partido ou de qualquer outra organização dos proletários.

Agora, numa época em que os movimentos sociais também são perseguidos e desacreditados pela grande mídia, essa mesma necessidade se faz presente e urgente. A necessidade de uma comunicação democrática, feita com a ativa participação das bases, em defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras. Pois são as mídias alternativas, independentes e populares que conseguem revelar quem realmente promove o terror cotidiano: o Estado, a polícia, as elites econômicas e os poderosos donos dos meios de comunicação.

Aos trabalhadores e seus sindicatos, fica o exemplo de companheiros e companheiras de cem anos atrás. Na difícil luta contra as mentiras de patrões e autoridades, é preciso ter nossos próprios meios de comunicação. É preciso fazer valer nossa própria voz.

SINTUR-RJ EM AÇÃO

Imagens que inspiram

Momentos que marcaram a greve dos técnico-administrativos em 2014

Os servidores técnicos das universidades federais entraram em greve, no dia 17 de março, porque avaliaram como inaceitável o descumprimento, por parte do governo, do acordo de 2012. Além disso, outras pautas foram apresentadas, como aprimoramento da carreira e ascensão funcional; turnos contínuos e jornada de 30 horas; e criação de creches nas universidades. Depois de três meses enrolando a categoria, o governo mais uma vez virou as costas para os trabalhadores e preferiu investir em estádios para a Copa, enquanto os serviços públicos pioram a cada dia. O Sintur-RJ não se omitiu e tomou parte de diversos atos durante o movimento grevista deste ano. Veja, abaixo, alguns desses momentos importantes de luta.

Fotos: Sintur-RJ



No dia 27 de maio, o Comando Local de Greve e seus militantes de base fecharam a entrada do P1 (acima), em resposta à intransigência do governo, que não abria negociações com a Fasubra. O sindicato também foi para a rua e participou de atos no Centro do Rio (abaixo), como o de 5 de junho, ao lado de professores da rede estadual, rodoviários e garis.

Os militantes do **Sintur-RJ** participaram, nos dias 6 e 7 de maio, da Caravana da Educação em Brasília (acima) a fim de pressionar o MEC para negociar. No dia 1º de abril, o sindicato realizou o ato "Pega na Mentira!", em frente ao P1 (abaixo), revelando as lorotas do governo, que investiu na Copa, mas dizia não ter dinheiro para o funcionalismo público.



Expediente



Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRRJ - Diretoria Colegiada Biênio 2013-2015

Coordenação Geral: Leonir Tunala Resende, Luiz Claudio Pessoa e José Fernandes. Coord. de Finanças: Paulo Marcos de Oliveira e Dario da Silva Almeida. Coord. Administrativa e Planejamento: Antônio Rodrigues Faria e Jorge Luiz Alves de Oliveira. Coord. de Formação e Comunicação Política, Social e Cultural: Zedequias Victorino de Souza e Enesio Correa. Coord. de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas: Alba Valeria dos Santos Melo e Nirley Chapeta Rafael Coord. de Assuntos de Aposentados: Almir Silva. Orientadora dos GTs: Ivanilda O. Silva Reis. Orientadora da Coord. de Formação: Fernanda Fortini Macharet # JORNAL DO SINTUR-RJ - Conselho Editorial: Ivanilda O. Silva Reis, Pedro Celestino, Leonir T. Resende, Alba V. Melo, Jorge Luis Alves de Oliveira, João Henrique C. Oliveira.

Jornalista: João Henrique C. Oliveira (MTB 24325-RJ). Estagiária de jornalismo: Flávia Adriana. Tiragem: 3.000 exemplares. # Endereço: Rodovia BR-465, Km 7, Seropédica/RJ - Campus UFRRJ - Cep 23851-970 - Caixa Postal 74561. Telefone: (21) 3787-3714; 2682-1640. E-mails: ssintur@yahoo.com; comunicacao.sinturrij@gmail.com. Site: www.sinturrij.org.br. Facebook: Sintur-RJ. Textos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião do jornal.